



RENOVA ENERGIA S.A.

Companhia aberta

CNPJ/MF 08.534.605/0001-74

NIRE 35.300.358.295

Senhores acionistas da Renova Energia S.A. ("Companhia"), em atenção à Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009 ("ICVM 481/09"), submetemos à apreciação de V. Sas. a presente Proposta da Administração ("Proposta") para as matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Ordinária que se realizará no dia 02 de abril de 2012, às 10:00 horas, na Avenida Roque Petroni Júnior, nº 999, 4º andar, Vila Gertrudes, CEP 04707-910, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("AGO").

Esta Proposta, em conjunto com os documentos da Administração pertinentes, nos termos da legislação aplicável, encontra-se disponível para consulta na sede da Companhia, na página de Relações com Investidores da Companhia (www.renovaenergia.com.br) e na página da CVM (www.cvm.gov.br).

Seguem abaixo as informações e documentos da Administração relacionados à AGO:

1. Proposta para a Remuneração Anual Global dos Administradores para o exercício social de 2012:

A Administração da Companhia propõe que a remuneração global e anual dos administradores para o exercício social de 2012 seja de até R\$3.459.000,00 (três milhões, quatrocentos e cinquenta e nove mil reais), sendo R\$3.255.000,00 (três milhões duzentos e cinquenta e cinco mil reais) para os membros da Diretoria e R\$204.000,00 (duzentos e quatro mil reais) para o Conselho de Administração.

Nos termos do artigo 12, II, da ICVM 481/09, as informações indicadas no item 13 do Formulário de Referência seguem nos termos do Anexo I à presente Proposta.

2. Proposta da destinação do Lucro Líquido:

As informações a respeito da proposta da destinação do lucro líquido da Companhia conforme indicadas no Anexo 9-1-II da ICVM 481/09 estão contempladas no Anexo II à presente Proposta.

3. Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia:

Os comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência, em atendimento ao Artigo 9º da ICVM 481/09 seguem nos termos do Anexo III à presente Proposta.

São Paulo, 02 de março de 2012.

Ricardo Lopes Delneri
Presidente do Conselho de Administração

ANEXO I

INFORMAÇÕES SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

13.1. Política e prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

A) objetivos da política ou prática da remuneração;

B) composição da remuneração, inclusive: (i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles; (ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total; (iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração; (iv) razões que justificam a composição da remuneração.

De acordo com o nosso Estatuto Social, por deliberação do Conselho de Administração e de acordo com nosso Plano de Opção de Compra de Ações aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 18 de janeiro de 2010, podemos outorgar opção de compra ou subscrição de nossas ações ou units, sem direito de preferência para os nossos acionistas, em favor de administradores e empregados da Companhia, bem como as pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou às sociedades sob seu controle.

Temos diretrizes para outorgar direitos de opção de compra de ações ou units às pessoas indicadas acima, que são administrados por nosso Conselho de Administração. Os contratos de opção a serem oferecidos representarão, a qualquer momento, até o limite de 5% do total de ações representativas de nosso capital social e poderão prever o exercício das opções outorgadas em prazos vinculados ao cumprimento de diversas metas de resultado de nossa Companhia, estabelecidas em linha com nosso Plano de Negócios e considerando para seu exercício prazos condizentes com a consecução do Plano de Negócios.

Nosso Conselho de Administração definirá os beneficiários em favor dos quais poderão ser outorgadas opções, bem como: (i) o número total de ações da Companhia que poderá ser adquirido com o exercício de cada opção; (ii) a divisão da outorga em lotes, se for o caso; (iii) o preço de exercício de cada opção e condições para pagamento do preço de exercício; e (iv) eventuais restrições aplicáveis às ações recebidas em virtude do exercício de Opções e respectivas penalidades.

O Conselho de Administração fixará, ainda, os termos e as condições de cada opção em Contratos de Outorga de Opção de Compra de Ações, os quais serão individualmente elaborados para cada participante, podendo o Conselho de Administração estabelecer termos e condições diferenciados para cada contrato, observando a situação individual e particular de cada participante. Tal contrato deverá especificar, dentre outras condições determinadas pelo Conselho de Administração:

- (i) o número e a espécie de ações que o beneficiário terá direito de adquirir ou subscrever com o exercício da opção;
- (ii) as condições para aquisição do direito ao exercício da opção;
- (iii) o prazo para exercício da opção;
- (iv) o preço de exercício e condições de pagamento; e
- (v) quaisquer outros termos e condições, observadas as disposições desse plano.

Os acionistas, nos termos do que dispõe o art. 171, §3º, da Lei das Sociedades por Ações, não terão preferência no exercício da opção de compra de ações ou units.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 8 de dezembro de 2010 foi aprovada a outorga de opções de compra e venda de ações aos Srs. Ney Maron de Freitas, membro da Diretoria e Conselho de Administração, Luiz Eduardo Bittencourt Freitas e Roberto Honczar, membros da Diretoria da Companhia. Referida opção de compra de ações foi exercida pelos Diretores em 14 de fevereiro de 2011, conforme aprovação pelo Conselho de Administração em reunião realizada na referida data.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de abril de 2011 ("RCA 04.04.2011"), foi aprovado o exercício de opção de compra de ações outorgada ao Sr. Roberto Honczar no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações, reunião esta que deliberou sobre a renúncia do Sr. Roberto Honczar aos cargos de Diretor Administrativo-Financeiro e Diretor de Relação com Investidores. Nesta mesma data foi aprovada a celebração de contratos visando a outorga da opção de compra de units da Companhia por seus colaboradores, incluindo os Srs. Renato do Amaral Figueiredo, Diretor Co-Presidente de Operações, Luiz Eduardo Bittencourt de Freitas, Diretor Jurídico e Regulatório, Ney Maron de Freitas, Diretor de Meio-Ambiente, Ricardo Lopes Delneri, Diretor Co-Presidente e Pedro Villas Boas Pileggi, Diretor Administrativo-Financeiro e Diretor de Relações com Investidores eleito na referida reunião em substituição ao Sr. Roberto Honczar.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de agosto de 2011 ("RCA 10.08.2011"), foi deliberada a outorga de opções de compra de ações da Companhia aos beneficiários constantes do anexo à ata da RCA 04.04.2011, com exceção dos senhores Ricardo Lopes Delneri e Renato do Amaral Figueiredo.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de agosto de 2011, foi deliberado o exercício de opções de compra de ações da Companhia aos beneficiários das outorgas de opções de compra de ações realizadas em RCA 04.04.2011 e RCA 10.08.2011.

C) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração; D) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho; e E) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo.

A Companhia mantém uma política de remuneração variável baseada em metas empresariais qualitativas e quantitativas. Dessa forma, buscamos atribuir aos nossos colaboradores incentivos de médio e longo prazo, que objetivam alinhar os interesses de todas as partes interessadas, tais como empregados e acionistas. Entre as metas quantitativas, destacamos a geração de valor para Companhia, por meio da evolução

na implantação de empreendimentos de geração de energia. No plano qualitativo, mensuramos por meio de avaliações periódicas a adoção de valores de nossa cultura empresarial, tais como integridade, disciplina, transparência, responsabilidade, delegação, simplicidade e reconhecimento.

F) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Não aplicável.

G) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

Na hipótese de incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização da Companhia, na qual fique caracterizada perda do controle da Companhia pelos atuais acionistas controladores da Companhia, de forma direta ou indireta, é feito automaticamente o *vesting* máximo permitido nos termos dos respectivos contratos de opção de compra, observados determinados parâmetros contratuais do respectivo evento societário.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

	2009	2010	2011	2012
Conselho de Administração				
Número de membros	6	11	14	14
- membros efetivos	6	11	7	
- membros suplentes	-	-	7	
Remuneração Fixa Anual	140.000,00	140.000,00	120.000,00	204.000,00
Pró Labore	140.000,00	140.000,00	96.000,00	
Benefícios diretos e indiretos	-	-		
Remuneração por participação em comitês	-	-	24.000,00	
Outros	-	-		
Remuneração variável anual	-	-	-	-
Bônus	-	-		
Participação nos resultados	-	-		
Remuneração por participação em reuniões	-	-		
Comissões	-	-		
Outros	-	-		
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-		
Remuneração baseada em ações	-	-		
Remuneração total do Conselho de Administração	140.000,00	140.000,00	120.000,00	204.000,00

	2009	2010	2011	2012
Diretoria Estatutária				
Número de membros	5	5	7	5
Remuneração Fixa Anual	1.810.000,00	2.250.000,00	1.895.000,00	3.255.000,00
Pró Labore	1.810.000,00	2.250.000,00	1.895.000,00	3.255.000,00
Benefícios diretos e indiretos	-			
Remuneração por participação em comitês	-			
Outros	-			
Remuneração variável anual	-	320.000,00	-	-
Bônus	-	320.000,00		
Participação nos resultados	-	-		
Remuneração por participação em reuniões	-	-		
Comissões	-	-		
Outros	-	-		
Benefícios pós-emprego	-	-		
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-		
Remuneração baseada em ações	-		8.945.723,96	
Remuneração total da Diretoria Estatutária	1.810.000,00	2.570.000,00	10.840.723,96	3.255.000,00

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

2012

(em milhões de reais)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	14	5	N/A	19
Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A

Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

2011

(em milhões de reais)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	14	7	N/A	21
Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

2010

(em milhões de reais)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	11	5	N/A	16
Bônus	N/A	R\$320.000,00	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

* - Vide item 13.1 para informações sobre as opções outorgadas aos nossos administradores no âmbito do nosso plano de opção de ações.

2009

(em milhões de reais)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	7	5	N/A	12
Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

a) Termos e condições gerais

A Companhia poderá outorgar, a critério do Conselho de Administração, opção de compra de ações àqueles indicados pela Diretoria. As opções são outorgadas nos termos do Plano de Opção de Compra de Ações (“Plano”) aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 18 de janeiro de 2010.

b) Principais objetivos do plano

O Plano tem como principal objetivo atrair e reter profissionais qualificados e estimular a expansão e a consecução dos objetivos sociais da Companhia, alinhando interesses de seus acionistas e administradores.

c) Forma como o plano contribui para esses objetivos

O Plano contribui para esses objetivos alinhando interesses de administradores, Companhia e seus acionistas. Atribui aos administradores remuneração variável atrelada à criação de valor e à expansão da capacidade instalada da Companhia.

d) Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia

O Plano constitui instrumento de incentivo para o melhor desempenho individual e para o comprometimento dos administradores da Companhia, estimulando

o cumprimento das metas determinadas pelo Conselho de Administração. O plano de remuneração baseado em opções de ações privilegia a meritocracia e as metas estabelecidas pelo Conselho de Administração.

e) Como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo

O Plano alinha os interesses de administradores, Companhia e acionistas por meio de atribuição de remuneração aos administradores de acordo com a criação de valor e a expansão da capacidade instalada da Companhia. Por meio do Plano, incentivamos a permanência de nossos executivos em seus respectivos cargos e o comprometimento com resultados de longo prazo, para que tais resultados possam se reverter em favor desses administradores em forma de remuneração variável. Com a possibilidade de acordo com a sua performance, a Companhia passa a ter recursos para manter executivos qualificados e comprometidos com a Companhia e com o seu desenvolvimento.

f) Número máximo de ações abrangidas

O plano pode abranger até 5% das ações de emissão da Companhia. Considerando a quantidade de ações emitidas pela Companhia nesta data, esse total atingiria [9.786.546] ações.

g) Número máximo de opções a serem outorgadas

Observado o número máximo de ações abrangidas pelo Plano, não há número máximo de opções a serem outorgadas.

h) Condições de aquisição de ações

As condições para aquisição de ações são definidas pelo Conselho de Administração quando da assinatura do contrato de outorga com o respectivo participante.

i) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

As opções já outorgadas tiveram seu preço de aquisição fixada com base no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2008. As condições para exercício das opções são definidas pelo Conselho de Administração quando da assinatura do contrato de outorga com o respectivo participante.

j) Critérios para fixação do prazo de exercício

O prazo de exercício é definido pelo Conselho de Administração quando da assinatura do contrato de outorga com o respectivo participante.

k) Forma de liquidação

A liquidação é feita à vista, no ato da aquisição ou na forma determinada pelo Conselho de Administração para cada Contrato, preferencialmente em dinheiro, podendo o Conselho de Administração, ao seu exclusivo critério, estabelecer nos respectivos Contratos outras formas, condições e prazos de pagamento.

l) Restrições à transferência das ações

O beneficiário só poderá vender, locar, transferir, onerar ou, de qualquer forma,

alienar as Ações da Companhia adquiridas no âmbito do Plano, desde que sejam respeitadas todas as condições previstas no contrato, no Plano, na Política de Negociação de Valores Mobiliários e na legislação e regulamentação aplicáveis.

m) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Conselho de Administração da Companhia poderá, a qualquer tempo, alterar ou extinguir o Plano ou ainda estabelecer a regulamentação aplicável aos casos omissos.

n) Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Exceto na hipótese de desligamento do administrador por justa causa:

(i) em caso de desligamento por iniciativa do participante ou da companhia, o participante perderá, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, todas as opções que lhe tenham sido concedidas e que ainda não sejam exercíveis na data do desligamento; e

(ii) o participante poderá exercer as opções que forem exercíveis na data do desligamento, exclusivamente no prazo de 1 (um) ano contado da data do desligamento, mediante entrega de comunicação por escrito.

Na hipótese de o desligamento ter ocorrido por iniciativa da Companhia e tiver sido sem justa causa, o participante terá direito a exercer parte das opções que já lhe tenham sido outorgadas, em proporção a ser determinada de acordo com deliberação do Conselho de Administração.

Nas hipóteses de desligamento do participante da companhia, as opções outorgadas nos termos do Plano voltarão a estar disponíveis para outorga a outros participantes, nos termos do Plano.

No caso de falecimento ou invalidez permanente, o participante:

(i) perderá imediatamente as opções outorgadas, mas que ainda não forem exercíveis na data do falecimento ou da verificação da invalidez permanente, voltando tais opções a estar novamente disponíveis para outorga sob os termos e condições do Plano; e

(ii) as opções que já forem exercíveis na data do falecimento ou da invalidez permanente do participante poderão ser exercidas pelos herdeiros ou sucessores do participante, por sucessão legal ou por disposição testamentária, ou pelo inventariante, no caso de morte do participante, ou pelo próprio participante, no caso de invalidez permanente, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da morte do participante ou da regular constatação, nos termos da legislação aplicável, do seu estado de invalidez permanente.

No caso de aposentadoria do participante, o Conselho de Administração decidirá caso a caso o tratamento que será dado às opções já outorgadas, mas ainda não exercíveis. Já as opções que forem exercíveis na data da aposentadoria do participante poderão ser exercidas no prazo a ser determinado pelo Conselho de Administração.

Além dessas regras gerais disciplinadas pelo Plano, os contratos de cada participante podem prever algumas situações específicas, conforme determinado pelo Conselho de Administração.

13.5. Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

A tabela abaixo indica a quantidade de ações detidas diretamente pelos nossos Conselheiros e Diretores, e o percentual que suas participações individuais

ÓRGÃO	Quantidade de Ações em 31/12/2011					
	ON	% ON	PN	% PN	Units	% Units
Conselho de Administração	89.200	0,07%	140.000	11,16%	161.666	0,66%
Diretoria	88.221	0,07%	176.437	14,07%	25.517	0,10%

* Os Diretores que detêm ações de emissão da Companhia fazem parte do Conselho de Administração.

representam na quantidade total de ações emitidas, em 31 de dezembro de 2011:

13.6. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária: (a) órgão; (b) número de membros; (c) em relação a cada outorga de opções de compra de ações; (i) a data de outorga; (ii) quantidade de opções outorgadas; (iii) prazo para que as opções se tornem exercíveis; (iv) prazo máximo para exercício das opções; (v) prazo de restrição à transferência das ações; (vi) preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções: (I) em aberto no início do exercício social; (II) perdidas durante o exercício social; (III) exercidas durante o exercício social; (IV) expiradas durante o exercício social; (d) valor justo das opções na data de outorga; (e) diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas.

Diretoria Estatutária				
Nº de membros de tiveram opções outorgadas	3	1	1	4
Data da outorga	10/08/2011 ⁽¹⁾	09/06/2011	04/04/2011	08/12/2010
Quantidade de opções outorgadas	62.847 units	48.000 units	125.000 units	147.450 units
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	imediato após outorga	25% do total a cada 6 meses a partir de 04.04.2011	imediato após outorga	imediato após outorga
Prazo máximo para exercício das opções	n/a	n/a	n/a	n/a
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a	n/a	n/a
Preço médio ponderado de exercício:				
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	n/a	n/a	n/a	n/a
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	n/a	n/a	n/a	n/a
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	R\$ 0,34/ unit	R\$ 0,34/ unit	R\$ 0,34/ unit	R\$ 0,34/ unit
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor justo das opções na data da outorga	R\$ 0,34/ unit	R\$ 0,34/ unit	R\$ 0,34/ unit	R\$ 0,34/ unit
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

⁽¹⁾ Quantidade de units outorgadas reatificadas em RCA de 15/08/2011.

⁽²⁾ Não houve opções outorgadas a membros do Conselho de Administração

13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social: (a) órgão; (b) número de membros; (c) em relação as opções não exercíveis; (i) quantidade; (ii) data que se tornarão exercíveis; (iii) prazo máximo para exercício das opções; (iv) prazo de restrição à transferência das ações; (v) prazo médio ponderado de exercício; (vi) valor justo das opções no último dia do exercício social; (d) em relação às

opções exercíveis; (I) quantidade; (II) prazo máximo para exercício das opções; (III) prazo de restrição à transferência das ações; (IV) preço médio ponderado de exercício; (V) valor justo das opções no último dia do exercício social; (VI) valor justo do total das opções no último dia do exercício social.

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2011	
	Diretoria Estatutária
Nº de membros	5
Opções ainda não exercíveis	
Quantidade	36.000 units ⁽¹⁾
Data em que se tornarão exercíveis	⁽²⁾
Prazo máximo para exercício das opções	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A
Preço médio ponderado de exercício	R\$0,34/unit
Valor justo das opções no último dia do exercício social	R\$0,34/unit
Opções exercíveis ⁽³⁾	
Quantidade	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A

⁽¹⁾ Quantidade restante das 48.000 units outorgadas em RCA 09.06.2011. Vide item 13.6.

⁽²⁾ Conforme regras da outorga realizada em RCA 09.06.2011, por se tratar da continuação desta. Vide item 13.6.

⁽³⁾ Não houve opções exercíveis ao final do exercício social encerrado em 31.12.2011

13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais: (a) órgão; (b) número de membros; (c) em relação as opções exercidas: (i) número de ações; (ii) preço médio ponderado de exercício; e (iii) valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas; (d) em relação às ações entregues informar: (I) número de ações; (II) preço médio ponderado de aquisição; e (III) valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas.

Não houve opções exercidas, tampouco ações entregues relativas à remuneração baseada em ações nos exercícios sociais de 2009 e 2010, para o exercício das opções em 2011 vide item 13.6.

13.9. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções: (a) modelo de precificação; (b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco; (c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados do exercício antecipado; (d) forma de determinação da volatilidade esperada; (e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo.

A Companhia não utiliza modelos de precificação para as opções de compra de ações. Vide item 13.4.

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, incluir as seguintes informações: (a) órgão; (b) número de membros; (c) nome do plano; (d) quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar; (e) condições para se aposentar antecipadamente; (f) valor atualizado das contribuições atualizadas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores; (g) valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores; e (h) se há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições.

A Companhia não oferece planos de previdência aos membros do conselho de administração ou aos diretores estatutários.

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal.

	2011		2010		2009	
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de Membros	2	7	11	5	7	5
Valor da maior remuneração individual (em R\$)	60.000	300.000	48.000	408.333	48.000	420.000
Valor da menor remuneração individual (em R\$)	48.000	105.000	-	90.000	-	180.000
Valor médio de remuneração individual (em R\$)	54.000	270.000	4.364	288.833	20.571	349.330

13.12. Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria (inclusive consequências financeiras para a Companhia):

Não aplicável.

13.13. Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

Órgão	dez/11	dez/10	dez/09
Diretoria Estatutária	31%	22%	42%
Conselho de Administração*	0%	0%	0%
Conselho Fiscal	-	-	-

* Os Srs. Olavo Fortes Campos Rodrigues Junior e Mailson Ferreira da Nóbrega são os únicos membros do Conselho de Administração que são remunerados.

13.14. Valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Não Aplicável

13.15. Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Não Aplicável.

13.16. FORNECER OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA JULGUE RELEVANTES:

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

ANEXO II

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

ANEXO 9-1-II da ICVM 481/09

1. Informar o lucro líquido do exercício.

A Companhia apresentou lucro líquido no exercício de 2011 no valor de R\$1.060 mil, e possui prejuízo acumulado no valor de R\$20.476.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.

Não aplicável.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído.

Não aplicável.

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não aplicável.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.

Não aplicável.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio.

Não aplicável.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.

Não aplicável.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.

Não aplicável.

6. **Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.**

a. **Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados.**

Não aplicável.

b. **Informar a data dos respectivos pagamentos.**

Não aplicável.

7. **Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:**

a. **Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores**

A Companhia apresentou lucro de R\$1.060 mil no exercício de 2011 e não apresentou lucro nos exercício de 2009 e 2010.

Vide item 1 acima.

b. **Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores**

Não aplicável.

8. **Havendo destinação de lucros à reserva legal**

a. **Identificar o montante destinado à reserva legal**

Não aplicável.

b. **Detalhar a forma de cálculo da reserva legal**

Não aplicável.

9. **Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos (a) Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos; (b) Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos; (c) Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa; (d) Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais; (e) Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe**

A Companhia emitiu apenas uma classe de ações preferenciais, as quais têm direito a participar nos lucros distribuídos em igualdade de condições com as ações ordinárias. Tendo em vista que a Companhia não apresentou lucro líquido no último exercício, não haverá distribuição de dividendos.

Ademais, nos termos do Artigo 52, Parágrafo Primeiro, do Estatuto Social da Companhia, o pagamento do dividendo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que houver sido realizado, não sendo cumulativa eventual parcela não paga.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

De acordo com o Artigo 52, caput, do Estatuto Social da Companhia, o dividendo obrigatório corresponde a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido (i) da parcela destinada à constituição da Reserva Legal; e (ii) da parcela destinada à formação de Reserva para Contingências e reversão dessa reserva formada em exercícios anteriores.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Não aplicável.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

Não aplicável.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável.

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

- b. Identificar a perda considerada provável e sua causa**

Não aplicável.

- c. Explicar porque a perda foi considerada provável**

Não aplicável.

- d. Justificar a constituição da reserva**

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

- a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar**

Não aplicável.

- b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva**

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

- a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva**

Não aplicável.

- b. Identificar o montante destinado à reserva**

Não aplicável.

- c. Descrever como o montante foi calculado**

Não aplicável.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

- a. Identificar o montante da retenção**

Não aplicável.

- b. Fornecer cópia do orçamento de capital**

Não aplicável.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

b. Explicar a natureza da destinação

Não aplicável.

ANEXO III

COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

10.1. Comentários dos Diretores sobre:

a) condições financeiras e patrimoniais gerais:

A Diretoria da Companhia entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar os 29 parques eólicos em construção e vencedores dos leilões de energia de reserva realizados em dezembro de 2009 e agosto de 2010 e leilão A-3 de agosto de 2011, respectivamente, assim como para cumprir as suas obrigações de curto e médio prazo.

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas: i) hipóteses de resgate; ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

A Diretoria entende que a atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação dívida líquida sobre patrimônio líquido, apresenta hoje níveis de alavancagem em linha com a prática de mercado.

Com relação à possibilidade de resgate de ações, não existe no curto prazo previsão para realização de tal evento.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o perfil de nosso endividamento, o nosso fluxo de caixa e nossa posição de liquidez, bem como os projetos em implantação e processos de captação de recursos em andamento, acreditamos ter liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora nós não possamos garantir que tal situação permanecerá igual. Caso entendamos necessário contrair empréstimos para financiar nossos investimentos e aquisições, acreditamos ter capacidade para contratá-los atualmente.

d) formas de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Para a implantação de nossos empreendimentos de geração, captamos recursos por meio de contratos financeiros de curto e longo prazos, que são captados pela Companhia ou alocados em sociedades de propósito específico titulares das autorizações para a exploração do serviço de energia elétrica e dos respectivos contratos de compra e venda dessa energia. Tais financiamentos são obtidos junto a bancos de desenvolvimento e entidades de fomento, tais como o BNDES, assim como instituições financeiras privadas. Privilegiamos a contratação de linhas de financiamento denominadas em Reais, de forma a evitar exposição a riscos de câmbio. A Companhia não apresenta investimentos relevantes em ativos não circulantes, não havendo necessidade de capital de giro para tal finalidade.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Pretendemos manter nossa estratégia de captação de financiamentos de curto e longo prazos, pela Companhia ou por meio de nossas sociedades de propósito específico titulares das autorizações para a exploração do serviço de geração de energia elétrica e dos respectivos contratos de compra e venda dessa energia junto a bancos de desenvolvimento e entidades de fomento, tais como o BNDES, assim como instituições financeiras privadas e privilegiar a contratação de linhas de financiamento denominadas em Reais, de forma a evitar exposição a riscos de câmbio.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas: i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; iii) grau de subordinação entre as dívidas; iv) eventuais restrições importas a Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Tendo em vista que nossos projetos de investimento para construção de parques eólicos exigem grande quantidade de investimentos, é provável que continuemos a manter relevante nível de endividamento. Em razão disso, a relação entre capital e dívida da nossa companhia poderá variar significativamente no futuro.

A tabela a seguir demonstra a evolução do nosso endividamento consolidado nas respectivas datas:

Credor(es)	Taxa de Juros	Vencimento	Em			
			31 de dezembro de			
			2011	2010	2009	2008
Banco Nordeste do Brasil S.A.	9,5% a.a.	30.06.2026	112.274	116.848	121.133	125.129
Banco Santander (Brasil) S.A.	2,5 %a.a. + 100% do CDI	23.05.2014	-	15.941	22.653	20.103
Banco Votorantim - Notas Promissórias	100,00% CDI + 3,0% a.a.	12/03/2012	151.031	-	-	-
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	TJLP + 2,18% a.a.	15/04/2029	652.091	-	-	-
Debêntures	12,5% a.a. + IGPM	31.07.2026*	-	-	-	78.219
Total	--	--	915.396	132.789	143.786	223.451

*As debêntures foram canceladas em 29 de maio de 2009.

Considerações acerca do Contrato de Financiamento firmado com o Banco Nordeste do Brasil S.A.

Em 30 de junho de 2006, a nossa subsidiária Espra celebrou o BNB escritura pública referente a um contrato de financiamento no valor de R\$120.096 milhões, sobre o qual incidem juros de 9,5% ao ano, exigíveis trimestralmente no dia 30 de cada mês no período compreendido entre 30 de junho de 2006 à 30 de junho de 2008, a partir de então, mensalmente no dia 30 de cada mês. O contrato tem vencimento em 30 de junho de 2026.

O contrato está sujeito ao vencimento antecipado em qualquer das seguintes hipóteses: (i) revogação pela ANEEL de qualquer das autorizações para operar nossas PCHs; (ii) qualquer oneração, transferência ou cessão à terceiros dos direitos decorrentes do contrato, sem o prévio consentimento do BNB; (iii) qualquer alteração no controle direto ou indireto da Espra consumada sem consentimento prévio do BNB;

(iv) o emprego dos recursos do financiamento com finalidade diversa da acordada; (v) interrupção nas operações por período superior a 30 dias; (vi) execução de nota promissória ou instrumento similar de contração de dívida por uma quantia superior a R\$0,5 milhão, exceto por uma execução errônea ou cujos efeitos se atenham a um período de 30 dias; e (vii) qualquer outra hipótese de rescisão antecipada usualmente adotada em contratos desta natureza. Ademais, a Espra deverá (i) notificar formalmente o BNB sobre qualquer transferência ou incidência de direitos de terceiros sobre as garantias do financiamento; e (ii) submeter à aprovação do BNB qualquer proposta de cisão, fusão ou aquisição envolvendo a Espra, bem como qualquer outro ato que possa resultar em alterações na sua estrutura societária atual, controle de seu capital votante ou transferência de seu controle.

As garantias do financiamento obtido perante o BNB são as seguintes:

- **Garantia Fidejussória.** O financiamento é garantido por fiança outorgada pela Enerbras, Renato do Amaral Figueiredo e Ricardo Lopes Delneri.
- **Hipoteca.** Ainda, constituímos, em favor do BNB, uma hipoteca de primeiro grau das propriedades, bem como todas as instalações e benfeitorias existentes nas quais nossas PCHs Cachoeira da Lixa, Colino 1 e Colino 2 estão localizadas.
- **Penhor de ações.** A Enerbras empenhou em favor do BNB a totalidade das ações ordinárias representativas de sua participação no capital social da Espra, com a exceção de que os respectivos direitos de voto permanecem com a Enerbras, salvo para matérias que requerem prévia aprovação do BNB, que incluem (i) mudanças no Estatuto Social da Espra; (ii) fusão, cisão ou operações de consolidação que afetem a Espra; (iii) a declaração de falência da Espra ou o pedido de recuperação judicial; e (iv) a alteração na participação detida pela Enerbras na Espra.
- **Penhor sobre os direitos emergentes de resoluções autorizativas da ANEEL.** Empenhamos, em favor do BNB, os direitos emergentes das resoluções autorizativas da ANEEL, que autorizam a Espra a gerar energia elétrica por meio da operação das PCHs Cachoeira da Lixa, Colino 1 e Colino 2.
- **Penhor de Recebíveis.** Empenhamos também a receita proveniente dos contratos de compra e venda de energia elétrica que firmamos com a Eletrobrás para garantir o financiamento obtido junto ao BNB. Nos termos do instrumento de penhor, o BNB poderá executá-lo caso haja a rescisão antecipada do contrato de financiamento.
- **Fundo de Liquidez em Conta Reserva.** Temos também um saldo de R\$12,078 milhões aplicado em um fundo de investimento financeiro em 31 de dezembro de 2010, com aplicações em títulos públicos de renda fixa e referenciado pelo CDI, administrado pelo BNB, que se encontra caucionado e vinculado ao financiamento.

Por fim, em decorrência das condições estabelecidas para o penhor de direitos e cessão de receitas, o BNB atua como agente coletor das receitas advindas do fornecimento de eletricidade à Eletrobrás.

Considerações acerca do Contrato de Financiamento firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

O financiamento junto ao BNDES foi separado em dois blocos de projetos. O primeiro bloco, “Renova 1”, é composto por nove SPEs: Centrais Eólicas Alvorada S.A.; Centrais Eólicas Guanambi S.A.; Centrais Eólicas Guirapá S.A.; Centrais Eólicas Nossa Senhora da Conceição S.A.; Centrais Eólicas Pajeú do Vento S.A.; Centrais Eólicas Planaltina S.A.; Centrais Eólicas Porto Seguro S.A.; Centrais Eólicas Rio Verde S.A.; Centrais Eólicas Serra do Salto S.A..

O financiamento do bloco “Renova 1” é de R\$ 586.677.343,00 (quinhentos e oitenta e seis milhões, seiscentos e setenta e sete mil, trezentos e quarenta e três reais), possui taxa de juros de TJLP (taxa de juros de longo prazo) +1,92%, até 2 anos de carência de juros e principal, e 16 anos de prazo de amortização.

O segundo bloco de projetos, “Renova 2” é composto por 5 SPEs: Centrais Eólicas Candiba S.A.; Centrais Eólicas Igaporã S.A.; Centrais Eólicas Ilhéus S.A.; Centrais Eólicas Licínio de Almeida S.A.; Centrais Eólicas Pindaí S.A..

O financiamento do bloco “Renova 2” é de R\$297.380.000,00 (duzentos e noventa e sete milhões, trezentos e oitenta mil reais), possui taxa de juros de TJLP (taxa de juros de longo prazo) +2,18%, até 2 anos de carência de juros e principal, e 16 anos de prazo de amortização.

Desta forma, a estruturação financeira junto ao BNDES para os projetos do LER 2009 perfaz o montante de R\$884.057.343,00 (oitocentos e oitenta e quatro milhões, cinquenta e sete mil, trezentos e quarenta e três reais) para o complexo de 14 parques contratados no LER 2009, que estão sendo construídos conforme o cronograma e passam atualmente pelo processo de montagem e instalação dos aerogeradores. O complexo, que totaliza 293,6MW de capacidade instalada, deve iniciar sua operação em julho de 2012.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

A Companhia não tem limites de financiamento já contratados.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

A Companhia passou a adotar, a partir de 1º de janeiro de 2010, retroativamente a 1º de janeiro de 2009, todos os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (“CPC”), aplicáveis a suas operações, os quais estão consistentes com as práticas contábeis internacionais (*International Financial Reporting Standards - IFRS*). Abaixo descrevemos os reflexos decorrentes da adoção.

- **Reconciliação das demonstrações financeiras consolidadas (IFRS) e da controladora (CPC)**

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPCs). As demonstrações financeiras individuais da Companhia (controladora) foram preparadas de acordo com os CPCs.

Conforme previsto no CPC 43- R1, o patrimônio líquido e o lucro líquido apresentado nas informações financeiras individuais, em 31 de dezembro de 2011 e de 2010,

divergem do IFRS em função apenas: (i) da adoção do método de equivalência patrimonial na avaliação de investimentos em controladas e (ii) da existência de saldo de ativo diferido ainda não amortizado, também nessas demonstrações.

A reconciliação do patrimônio líquido e dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 está demonstrada como segue:

	Patrimônio líquido		Lucro líquido do exercício	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Controladora (CPC)	649.131	292.353	1.060	(32)
Baixa do ativo diferido e reversões das respectivas amortizações no resultado	(2.257)	(3.769)	1.512	1.530
Consolidado (IFRS)	646.874	288.584	2.572	1.498

Descrição das diferenças entre as práticas contábeis e respectivos ajustes:

A principal diferença entre a demonstração financeira consolidada (IFRS) e a demonstração financeira da controladora (CPC), está descrita abaixo:

Ativo diferido

Para fins das demonstrações financeiras consolidadas (IFRS), a administração da Companhia baixou contra lucros acumulados na data de transição de 1º de janeiro de 2009 o saldo anteriormente registrado como ativo diferido com base na IAS 38, enquanto foi mantido na posição individual da Companhia, visto que para fins dessas demonstrações a administração optou por manter esse saldo até sua realização total por meio de amortização.

• **Informações por Segmento – CPC 22**

A Companhia apresenta 03 segmentos reportáveis conforme descrito a seguir, que são unidades de negócios estratégicas da Companhia. As unidades de negócio estratégicas oferecem diferentes fontes de energia renováveis e são administradas separadamente, pois exigem diferentes tecnologias, desenvolvimentos e fase de operação. O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos reportáveis da Companhia. A diferença entre os segmentos e o consolidado refere-se as atividades administrativas desenvolvidas pela Holding:

- a) PCH (Desenvolvimento e Geração de Energia Renovável através de fontes hídricas). Este segmento inclui desenvolvimento de projetos de Inventários e Projetos Básicos e Geração de energia das coligadas Espira e Enerbras. Esse segmento já se encontra em fase de operação para comparabilidade dos anos de 2011 e 2010.
- b) Eólicas (Implantação e Geração de Energia Renovável através de fontes eólicas). Este segmento inclui implantação dos projetos vencedores dos leilões

de energia pela Companhia e operação dos mesmos. Esse segmento está em fase de implantação dos parques dos Leilões LER 2009, LER 2010 e LEN 2011, com data prevista para entrada em operação e geração de energia dos primeiros parques a partir de julho de 2012.

- c) Novas Tecnologias e Prospecção (Desenvolvimento de novos projetos). Este segmento inclui a prospecção e o desenvolvimento de projetos de novos parques eólicos e desenvolvimento de novas tecnologias para geração de energia utilizando recursos renováveis. Este segmento teve início a partir de 2011.

2011						2010					
	PCH	Eólicas	Novas Tecnologias	Adm	Consolidado	PCH	Eólicas	Novas Tecnologias	Adm	Consolidado	
Receita Líquida	36.553	-	-	-	36.553	35.486	-	-	-	35.486	
Gastos não gerenciáveis	(1.155)	-	-	-	(1.155)	(1.219)	-	-	-	(1.219)	
Margem Bruta	35.398	-	-	-	35.398	34.267	-	-	-	34.267	
Gastos gerenciáveis	(5.397)	(1.908)	-	(21.159)	(28.464)	(4.789)	(122)	-	(13.382)	(18.293)	
Depreciação	(5.674)	-	(988)	(195)	(6.857)	(5.675)	-	-	(196)	(5.871)	
EBITDA	30.001	(1.908)	-	(21.159)	6.934	29.478	(122)	-	(13.382)	15.974	
Resultado Financeiro	(8.096)	830	-	12.434	5.168	(10.464)	(4)	-	3.575	(6.893)	
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.171)	(502)	-	-	(2.673)	(1.712)	-	-	-	(1.712)	
Lucro Líquido	14.060	(1.580)	(988)	(8.920)	2.572	11.627	(126)	-	(10.003)	1.498	
Ativos Totais	260.653	1.063.417	2.527	252.904	1.579.501	249.667	56.079	2.745	123.047	431.538	
Passivos Totais	124.921	689.804	-	117.902	932.627	133.626	6.636	-	2.692	142.954	

*Depreciação ajustada de acordo com IFRS para o Segmento de PCH .

10.2. Comentários dos Diretores sobre:

a) resultado das operações da Companhia, em especial: i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

A demanda por energia elétrica depende do desempenho dos demais setores produtivos do País, que, por sua vez, estão relacionados à atividade econômica no Brasil. Uma diminuição na atividade econômica normalmente irá afetar a demanda pela energia por nós gerada.

A Companhia fechou o ano de 2011 com mais de 1GW de capacidade instalada contratada, com 668 MW contratados no mercado regulado (LER 2009, LER 2010 e A-3 2011) e 400MW no mercado livre conforme acordo de investimentos firmado com a Light Energia, ratificando assim nossa posição de liderança no mercado de energia eólica no Brasil.

Acreditamos que tal flexibilidade nos confere vantagens competitivas face à oscilação de preços, em razão de potenciais cenários de escassez de energia, ao mesmo tempo em que nos protege de uma exposição excessiva às condições de mercado.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

A energia elétrica comercializada pela Companhia, que é a sua única fonte de receita atualmente, tem seu preço fixado nos respectivos contratos de compra e venda de energia, preço esse que não está sujeito a variações durante o prazo de vigência desses contratos, que é de 20 anos, exceto aquelas variações decorrentes de índices de atualização monetária.

O preço da energia elétrica proveniente de nossas PCHs em operação é corrigido anualmente pelo IGPM e o preço da energia elétrica proveniente de nossos parques eólicos contratados no LER 2009, LER 2010 e A-3 2011 é corrigido anualmente pelo IPCA.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

Nossa situação financeira e o resultado das nossas operações são afetados pela inflação, uma vez que as nossas receitas são indexadas a índices de inflação (IGPM e IPCA) e nossos custos operacionais tendem a seguir tais índices. A maioria de nossos custos e despesas é denominada em Reais e está atrelada aos índices de medição da inflação, tais como o IGPM e o IPCA. Aumentos nas taxas de inflação afetam o mercado de comercialização de energia elétrica, na medida em que reduzem a atividade econômica, o consumo e o investimento. Os principais fatores e condições que afetam a nossa receita e resultados operacionais são analisados a seguir:

Inflação

Nossa situação financeira e o resultado das nossas operações são afetados pela inflação, uma vez que as nossas receitas são indexadas a índices de inflação (IGPM e IPCA) e nossos custos operacionais tendem a seguir tais índices.

A maioria de nossos custos e despesas é denominada em Reais e está atrelada aos índices de medição da inflação, tais como o IGPM, o INPC e o IPCA, ou sofre reajuste de acordo com a flutuação medida em índices cambiais.

Taxa de Juros

O resultado das nossas operações também está exposto às variações das taxas de juros. Contratamos empréstimos e financiamentos denominados principalmente em Reais, os quais são em sua maioria reajustados com base na CDI. Além disso, as taxas de juros praticadas em operações de crédito ao consumidor no mercado financeiro brasileiro nos afetam indiretamente, na medida em que reduções podem levar ao aumento do consumo privado e ao aumento do consumo de energia. Por outro lado, aumentos nas taxas de juros podem levar à diminuição do consumo de energia.

Taxa de Câmbio

Como a maioria dos nossos custos, incluindo custos relacionados à implementação dos parques eólicos em implementação, bem como a totalidade de nossas receitas é denominada em Reais, não estamos expostos à variação da taxa de câmbio.

Tributação

Estamos sujeitos ao recolhimento do IRPJ e CSLL. A alíquota da contribuição social sobre o lucro é de 9% e do imposto de renda de 25%, representando uma tributação total de 34%. Para empresas cuja receita bruta total, no ano-calendário anterior, tenha sido igual ou inferior a R\$48,0 milhões ou a R\$4,0 milhões multiplicado pelo número de meses de atividade, é facultado a escolha do regime de tributação de IRPJ e CSLL

com base no Lucro Presumido. O imposto com base no Lucro Presumido será determinado por períodos de apuração trimestrais, encerrados nos dias 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de cada ano-calendário. Para o cálculo do IRPJ devido, implica na aplicação de alíquota composta equivalente a 25% (sendo 15% da alíquota legal, acrescida de um adicional de 10% sobre as receitas que excederem R\$60 mil em um trimestre) sobre uma base equivalente a 8% da Receita Bruta para o cálculo do IR devido, enquanto que no caso da CSLL, aplica-se uma alíquota de 9% sobre uma base equivalente a 12% da Receita Bruta. Ainda, no regime de Lucro Presumido, o regime de apuração de PIS e COFINS é cumulativo, sujeito, à alíquota de 0,65% (no regime não-cumulativo a alíquota é de 1,65%) para PIS e 3% (no regime não-cumulativo a alíquota é de 7,6%) para COFINS, calculados sobre o total das receitas da Companhia. Atualmente, a Companhia e as subholdings adotam o regime de tributação do lucro real e nossas controladas operacionais Espra e nossas SPEs adotam o regime de tributação pelo Lucro Presumido.

O ICMS incide sobre vendas realizadas para clientes finais, em alíquotas que variam nos diferentes estados da federação. Alguns estados também já incorporam em sua legislação benefícios para o ICMS na compra de equipamentos e poderemos nos beneficiar de mecanismos semelhantes. Nós nos qualificamos para a obtenção do incentivo fiscal “Desenvolve” (Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia), instituído pela Lei Estadual nº 7.980/2001 e aprovado pelo Decreto do Governador do Estado da Bahia nº 8.205/2002, o qual consiste na concessão de dois benefícios fiscais: (i) dilação do prazo de pagamento, de até 90% do saldo devedor mensal do ICMS normal, limitada a 72 meses; e (ii) diferimento do lançamento e pagamento do ICMS devido. A aprovação da concessão do benefício e a determinação das suas condições de gozo cabe ao Conselho Deliberativo do Desenvolve. Nesse sentido, o Conselho Deliberativo do Desenvolve, por meio da Resolução nº 57/2006 e das Resoluções nºs 91 a 112/2009, outorgou à Espra e aos nossos parques eólicos, respectivamente, o direito à fruição do benefício fiscal de diferimento do lançamento e pagamento do ICMS, de forma que todos os bens adquiridos para o ativo fixo que forem (i) importados do exterior; (ii) produzidos no Estado da Bahia; ou (iii) adquiridos em outras unidades da Federação, terão o ICMS relativo às aquisições diferido para o momento em que ocorrer sua desincorporação do ativo fixo.

O Conselho de Política Fazendária (Confaz) estendeu até 31 de dezembro de 2015 o Convênio 101/97, o qual desde 1997 promove a desoneração tributária para as compras de equipamentos e componentes para aproveitamento de energia eólica e solar.

Nossos 29 projetos eólicos foram enquadrados no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), instituído pelo Governo Federal, cujas medidas principais incluem: (i) investimento em Infraestrutura; (ii) estímulo ao crédito e ao financiamento; (iii) melhora do ambiente de investimento; e (iv) medidas fiscais de longo prazo buscando a desoneração e aperfeiçoamento do sistema tributário. O principal benefício fiscal trazido pelo PAC (no caso específico do setor de energia elétrica, REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura, instituído pela Lei nº 11.488/2007) é a suspensão da exigência da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS (mercado interno e importação) que será convertida a alíquota zero após a utilização ou incorporação do bem, material de construção ou serviço nas obras de

infraestrutura. Pretendemos também recorrer a financiamentos enquadrados no PAC, segundo as condições favoráveis de mercado.

10.3. Comentários dos Diretores sobre eventos relevantes abaixo que tenham causado ou se espera que venham a causar das demonstrações financeiras e nos resultados da Companhia:

a) introdução ou alienação de segmento operacional

A Companhia foi concebida para desenvolver projetos de geração de energia elétrica proveniente de fontes renováveis. Desde 2008, operamos com 3 PCHs e, em virtude dos resultados dos Leilões de Energia de Reserva realizados em 2009 e 2010 em que comercializamos energia a ser produzida por 20 parques eólicos em construção no interior do Estado da Bahia, em 2012 passaremos a operar também com geração de energia por fonte eólica para 14 parques, e 2013 para os 6 parques restantes. Em agosto de 2011, a Companhia participou do Leilão referente à contratação de Energia Nova (A-3), tendo se comprometido a comercializar a energia proveniente de 9 parques eólicos também localizados no Estado da Bahia. Tais parques devem entrar em operação comercial até 2014.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

A Companhia não constituiu, adquiriu ou alienou participação societária com impactos nas suas demonstrações financeiras ou resultados.

c) eventos ou operações não usuais

- ***Capital social***

Em 31 de dezembro de 2010, o capital social da Companhia era de R\$326.515. Em 17 de março de 2011, através da rerratificação da ata de reunião de Conselho de Administração de 18 de janeiro de 2011, a Companhia outorgou a opção de compra de 360.051 (trezentos e sessenta mil e cinquenta e um) Certificados de Depósitos de Ações ("Units") representativos, cada um, de 1 (uma) ação ordinária nominativa e 2 (duas) ações preferenciais do capital autorizado da Companhia, no valor de exercício de R\$0,34 (trinta e quatro centavos de real) por opção de compra de Unit, que importará em diluição máxima de 0,77% (setenta e sete centésimos por cento) para os atuais acionistas da Companhia. Nesta data o valor do capital social da Companhia passou de R\$326.515 para R\$326.637 (aumento de R\$122).

Em 04 de abril de 2011, a Companhia autorizou o aumento de capital no valor de R\$43 através da emissão de 375.000 ações na proporção de 1 (uma) ação ordinária nominativa e 2 (duas) ações preferenciais. O capital social da Companhia passou de R\$326.637 para R\$326.680.

Em 15 de agosto de 2011, a Companhia autorizou o aumento de capital no valor de R\$63 através da emissão de 562.284 ações na proporção de 1 (uma) ação ordinária nominativa e 2 (duas) ações preferenciais. O capital social da Companhia passou de R\$326.680 para R\$326.743.

Em 17 de agosto de 2011, o Conselho de Administração da Renova, autorizou o

aumento de capital no montante de R\$378.132, mediante a emissão de 53.108.330 (cinquenta e três milhões, cento e oito mil, trezentas e trinta) novas ações ordinárias, ao preço de emissão de R\$7,12 (sete reais e doze centavos) por cada ação ordinária (“Aumento de Capital”).

O preço de emissão das ações no Aumento de Capital foi fixado, sem diluição injustificada para os atuais acionistas da Companhia, com base no disposto no artigo 170, §1º, I da Lei 6.404/76, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), levando em consideração a perspectiva de rentabilidade da Companhia, com amparo no laudo de avaliação anexo à referida ata de Reunião do Conselho de Administração.

É importante ressaltar que o aumento do capital social poderia ser homologado parcialmente, pelo valor do limite do valor do Investimento realizado pela Light Energia ou qualquer valor entre esse investimento e o valor do aumento de capital, em função do direito dos demais acionistas da Companhia de exercerem o direito de preferência para subscrição das novas ações ordinárias emitidas. Em 17 de agosto de 2011, ainda renunciaram ao direito de preferência os acionistas RR Participações S.A., Infra Brasil Fundo de Investimento em Participações, Fundo de Investimento em Participação Caixa Ambiental - FIP Caixa Ambiental, Banco Santander (Brasil) S.A. e Santa Barbara Fundo de Investimento em Participação.

Neste mesmo dia, conforme o fato relevante publicado em 17 de agosto de 2011, a Light Energia S.A. e a Renova Energia S.A., em atendimento ao disposto no artigo 157, parágrafo 4. da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme operação anunciada no mercado em 08 de julho de 2011, a Light S.A., por meio de sua subsidiária integral Light Energia S.A. (“Light Energia”), realizou a integralização de 50.561.797 (cinquenta milhões, quinhentas e sessenta e uma mil, setecentas e noventa e sete) ações ordinárias emitidas pela Renova mediante aporte no valor de R\$360.000.

Em 19 de agosto de 2011 a Light Energia S.A., RR Participações e a Renova Energia S.A. assinaram o acordo de acionistas que tem por objeto disciplinar dentre outras matérias: (i) o exercício de direito de voto pelo acionista; (ii) a Governança Corporativa da Companhia e de suas Subsidiárias (quando existentes) e suas Controladas; (iii) o exercício do direito de preferência e do direito de igualar oferta na Transferência das Ações Vinculadas pelos Acionistas; (iv) o exercício do direito de venda conjunta das ações vinculadas pelos Acionistas e (v) o direito de saída.

Em 16 de setembro de 2011 encerrou-se o prazo de exercício de direito de subscrição de ações no Aumento de Capital, considerando a subscrição e integralização de 50.561.797 ações ordinárias pela Light Energia S.A. conforme mencionado anteriormente, e o exercício de direitos de preferência, foram subscritas e integralizadas 52.727.813 (cinquenta e dois milhões, setecentas e vinte e sete mil, oitocentas e treze) ações ordinárias, ao preço de emissão de R\$7,12 (sete reais e doze centavos) por ação ordinária, totalizando R\$375.422.

Em 30 de setembro de 2011 o capital social integralizado da Renova Energia S.A. era de R\$702.166.

Tendo em vista que houve sobras de 380.517 (trezentos e oitenta mil, quinhentas e dezessete) ações ordinárias, no valor total de R\$2.709, e que o interesse dos acionistas na sua subscrição foi superior ao seu número efetivo, as sobras foram totalmente rateadas entre os acionistas que manifestaram interesse na sua subscrição, nos termos do artigo 171, parágrafo 7, alínea "b", da lei 6.404/76.

O período de subscrição das sobras foi de 30 de setembro até 06 de outubro de 2011. Após o período de subscrição das 380.517 ações ordinárias ainda foram integralizadas em 06 de outubro 87.398 ações ordinárias, no valor total de R\$622. Em 06 de outubro de 2011 o capital social integralizado da Renova Energia S.A., antes de R\$702.166 passou para R\$702.788.

O cancelamento do excedente de sobras no total de 293.119 ocorreu em 25 de outubro de 2011 por meio de reunião de Conselho de Administração para homologação do aumento de capital e cancelamento das ações remanescentes.

Composição dos acionistas da Companhia em 31 de dezembro de 2010:

RENOVA ENERGIA	Ações ON		Ações PN		Total de Ações	% do Capital Social Total
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
RR Participações	70.889.212	76,198%	3.444.032	7,216%	74.333.244	52,81%
Membros do Conselho de Administração	33.936	0,036%	66.664	0,140%	100.600	0,07%
Free Float	22.109.919	23,8%	44.219.837	92,6%	66.329.756	47,12%
InfraBrasil	11.651.467	12,524%	23.302.933	48,822%	34.954.400	24,83%
Santander Equity	3.904.800	4,197%	7.809.600	16,362%	11.714.400	8,32%
FIP Ambiental	4.666.666	5,016%	9.333.332	19,554%	13.999.998	9,95%
Outros	1.886.986	2,028%	3.773.972	7,907%	5.660.958	4,02%
Total	93.033.067	100,0%	47.730.533	100,0%	140.763.600	100,00%

Composição dos acionistas da Companhia em 31 de dezembro de 2011:

RENOVA ENERGIA	Ações ON		Ações PN		Total de Ações	% do Capital Social Total
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Bloco de Controle	101.123.594	69,71%	0	0,00%	101.123.594	51,70%
RR Participações	50.561.797	34,85%	0	0,00%	50.561.797	25,85%
Light Energia	50.561.797	34,85%	0	0,00%	50.561.797	25,85%
Outros Acionistas	43.943.355	30,29%	50.529.299	100,00%	94.472.654	48,30%
RR Participações*	18.892.107	13,02%	573.416	1,13%	19.465.523	9,95%
Membros do Conselho de Administração	450.866	0,31%	863.332	1,71%	1.314.198	0,67%
InfraBrasil	11.651.467	8,03%	23.302.933	46,12%	34.954.400	17,87%
Santander	1.896.000	1,31%	3.792.000	7,50%	5.688.000	2,91%
FIP Caixa Ambiental	4.666.666	3,22%	9.333.332	18,47%	13.999.998	7,16%
FIP Santa Barbara	4.228.732	2,92%	8.457.460	16,74%	12.686.192	6,49%
Outros	2.157.517	1,49%	4.206.826	8,33%	6.364.343	3,25%
Total	145.066.949	100,00%	50.529.299	100,00%	195.596.248	100,00%

10.4. Comentários dos Diretores sobre:

a) mudanças significativas nas práticas contábeis

A Companhia passou a adotar, a partir de 1º de janeiro de 2010, retroativamente a 1º de janeiro de 2009, todos os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis ("CPC"), aplicáveis a suas operações, os quais estão

consistentes com as práticas contábeis internacionais (*International Financial Reporting Standards - IFRS*).

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Os efeitos significativos das alterações em função das novas práticas contábeis já estão demonstrados no item “h”.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalvas nos pareceres dos auditores. O parecer de auditoria da KPMG relativo aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2010 contém parágrafo de ênfase conforme detalhado abaixo:

Ênfase

Em nota explicativa, destacou-se que para fins das demonstrações financeiras consolidadas (IFRS), a Administração da Companhia baixou contra lucros acumulados na data de transição de 1º de janeiro de 2009 o saldo anteriormente registrado como ativo diferido com base na IAS 38, enquanto foi mantido na posição individual da controlada indireta Energética Serra da Prata S.A. (“Espra”), visto que para fins dessas demonstrações financeiras a Administração optou por manter esse saldo até sua realização total por meio de amortização.

10.5. Políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia (inclusive estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros):

Preparamos nossas demonstrações financeiras com base em estimativas e assunções decorrentes de nossa experiência e diversos outros fatores que acreditamos serem razoáveis e relevantes. As práticas contábeis críticas que adotamos são aquelas que acreditamos serem relevantes para determinar nossa condição financeira e resultados operacionais, mas a definição de tais práticas é complexa e subjetiva, levando nossa administração a fazer estimativas sobre eventos futuros ou incertos. A aplicação de nossas práticas e estimativas contábeis críticas geralmente requer que nossa administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que afetam os nossos ativos, passivos, receitas e despesas.

A conclusão de transações envolvendo tais estimativas e julgamentos pode afetar nosso patrimônio líquido e a nossa condição financeira, bem como nosso resultado operacional, já que os efetivos resultados podem diferir significativamente das nossas estimativas. Revisamos nossas estimativas e assunções correlatas pelo menos trimestralmente. A discussão abaixo expressa o que a nossa administração entende serem nossas práticas contábeis críticas.

Deterioração e Depreciação do Ativo Imobilizado e Intangível

Reconhecemos regularmente as despesas relativas à depreciação de nosso imobilizado e à amortização de nossos intangíveis. As taxas de depreciação e amortização são determinadas com base nas nossas estimativas durante o período pelo qual esperamos geração de benefícios econômicos. Além disso, monitoramos o uso de nossos ativos fixos e intangíveis para determinar a necessidade de contabilização de sua deterioração. A determinação desta deterioração envolve julgamentos e estimativas quanto ao retorno adequado dado por estes ativos em relação ao seu valor contábil. Caso sejamos requeridos a revisar as estimativas e premissas utilizadas, as despesas de deterioração, depreciação e amortização podem ser maiores e afetar nossos resultados futuros.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto apresentado na posição consolidada refere-se à controlada Espra, que foi apurado com base no lucro presumido.

O imposto de renda e a contribuição social com base no lucro presumido são recolhidos trimestralmente sobre a receita bruta, considerando o percentual de presunção, nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente. (Base de estimativa de 8% e 12% sobre as vendas, imposto de renda e contribuição social respectivamente, adicionado a este valor de apuração as outras receitas financeiras).

Provisão para Contingências

Registramos, quando necessário, provisões para contingências legais com base em análise do litígio em andamento. Contabilizamos valores considerados suficientes por nossa administração e com base no parecer de nossos advogados internos e externos para cobrir perdas prováveis. Se qualquer dado adicional fizer com que nosso julgamento ou o parecer dos advogados externos mude, devemos reavaliar as obrigações potenciais relacionadas ao litígio em andamento e rever nossas estimativas.

10.6. Comentários dos Diretores sobre controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:

a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é satisfatório. A Companhia está atenta às novas tecnologias e investe em seus controles a fim de aprimorá-los cada vez mais.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

As recomendações dos nossos auditores independentes são sobre nossos controles sistêmicos e desenvolvimento de manuais de normas e procedimentos os quais em aderência ao plano de governança da Companhia a cada exercício estão sendo desenvolvidos e aprimorados.

10.7. Comentários dos Diretores sobre aspectos referentes a eventuais ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários:

Não aplicável

10.8. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia:

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como: i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv) contratos de construção não terminada; e v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Não mantemos qualquer operação, contrato, obrigação ou outros tipos de compromissos em sociedades cujas demonstrações financeiras não sejam consolidadas com as nossas ou outras operações passíveis de gerar um efeito relevante, presente ou futuro, nos nossos resultados ou em nossa condição patrimonial ou financeira, receitas ou despesas, liquidez, investimentos, caixa ou quaisquer outras não registradas em nossas demonstrações financeiras.

Não obstante, conforme mencionado no item riscos Relacionados à Geração de Energia acima, poderemos ser obrigados a adquirir energia faltante no mercado de curto prazo (mercado spot), no qual o preço da energia costuma ser mais volátil, podendo ser maior do que o nosso custo de produção.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas nossas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

10.9. Comentários dos Diretores sobre cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8:

Não aplicável.

10.10. Comentário dos diretores sobre principais elementos do plano de negócios da Companhia:

a) investimentos, incluindo: i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; ii) fontes de financiamento dos investimentos; iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Comercializamos nos leilões de energia de reserva realizados em 2009 e 2010 e no leilão A-3 realizado em 2011 a energia a ser gerada por meio de nossos 29 parques eólicos em construção no interior do Estado da Bahia. Os contratos de compra e venda de energia dos parques contratados nos certames de 2009 e 2010 são celebrados com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE com prazo de 20 anos e os contratos de compra e venda de energia gerada pelos parques contratados no certame de 2011 serão celebrados com as distribuidoras que

declararam necessidade junto ao Ministério de Minas e Energia – MME com prazo de 19 anos e 10 meses.

O investimento para a implantação dos parques eólicos contratados no LER 2009 será de, aproximadamente, R\$1,2 bilhão, dos quais mais de 70% correspondem à aquisição de 184 aerogeradores do modelo 1.6XLE de 1,6MW, bem como serviços de transporte, montagem e comissionamento já contratados junto à General Electric. O financiamento dos 14 projetos eólicos do LER 2009 foi contratado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) conforme detalhes no item 10.1 f).

Para os projetos que comercializaram energia no LER 2010 e no A-3 2011, o financiamento deverá ser obtido junto a bancos e entidades de fomento governamentais, tal como o BNDES e outras instituições financeiras privadas.

b) aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

Vide item “a” acima.

c) novos produtos e serviços, indicando: i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não aplicável.

10.11. Comentários dos diretores sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Disponibilidades Líquidas Geradas por (utilizada nas) Atividades Operacionais

Nossas disponibilidades líquidas geradas por atividades operacionais podem variar de acordo com a flutuação de nossa receita operacional, custo dos serviços, despesas operacionais e receita (despesa) financeira. Essa receita operacional consiste principalmente na venda de energia das nossas 3 PCHs, conforme contrato de compra de energia celebrado com a Eletrobrás. Tivemos um uso de recursos oriundos de atividades operacionais de R\$110 milhões em 2010, comparados a R\$11 milhões gerados em 2011. Essa variação de R\$ 99 milhões se deve ao fato de em 2010, termos realizado adiantamentos ao nosso fornecedor de equipamentos.

Disponibilidades Líquidas Utilizadas nas Atividades de Investimento

O valor de R\$ 733 milhões em 2011 e R\$55 milhões em 2010 foram investidos em nossos parques eólicos em construção e projetos (PCH e Eólicos) em desenvolvimento em 2011.

Disponibilidades Líquidas Geradas por (utilizadas nas) Atividades de Financiamento

Em 31 de dezembro de 2011 tivemos um uso de recursos oriundos de atividades de financiamento de R\$1,1 bilhão, comparados a R\$143 milhões gerados no mesmo período do ano anterior.

Em 2011 a companhia captou o valor de R\$376 milhões oriundos da emissão de novas ações emitidas em agosto de 2011, utilizando R\$20 milhões para o custo da operação. Ainda, captou recursos do BNDES, no valor de R\$ 632 milhões, de Notas Promissórias – Banco Votorantim, R\$148 milhões e Notas Promissórias – Banco Itaú, no valor de R\$ 198.

A companhia neste ano também quitou seu empréstimo de IFC, no valor de R\$15 milhões, resgatou notas promissórias junto ao Banco Itaú, no valor de R\$200 milhões e amortizou financiamento com o BNB, no valor de R\$4 milhões.

Capacidade de Pagamento

A nossa principal fonte de receitas para pagamento de nossas obrigações financeiras é a venda de energia elétrica. Em função do perfil de nossa dívida, nossa posição atual de caixa e diante do fluxo de caixa gerado por nossas operações, acreditamos que teremos liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores que temos atualmente contratados, incluindo aqueles referentes aos Parques Eólicos em implementação, embora nós não possamos garantir que tal situação permanecerá inalterada.

Obrigações Contratuais

A tabela abaixo apresenta os vencimentos de nossas obrigações contratuais mais relevantes com impacto na nossa liquidez em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2011, que são relativas ao nosso endividamento (empréstimos e financiamentos) e a outras obrigações assumidas sob certos contratos:

Obrigações	Total	menos de um ano	de um a três anos	de três a cinco anos	de cinco anos ou mais
	(em R\$ milhares)				
	em 31 de dezembro de 2011				
Endividamento (principal)	899.935	154.905	123.857	92.658	528.515
Endividamento (encargos e correção monetária)	15.461	1.031	2.427	1.804	10.199
Total	915.396	155.936	126.284	94.462	538.714
	em 31 de dezembro de 2010				
Endividamento (principal)	131.935	6.336	28.965	12.171	84.463
Endividamento (encargos e correção monetária)	854	854	-	-	-
Total	132.789	7.190	28.965	12.171	84.463

Informações Quantitativas e Qualitativas de Risco de Mercado

Estamos sujeitos a riscos de mercado no curso normal de nossas atividades. Tais riscos estão relacionados principalmente a alterações adversas em taxas de juros e câmbio, à indústria em geral, às nossas atividades e à regulamentação do setor em que atuamos, tais como aplicáveis às nossas licenças.

Riscos Regulatórios

Nossas atividades são reguladas e supervisionadas pela ANEEL e pelo MME. A ANEEL, o MME e outras agências regulatórias têm exercido, historicamente, influência relevante em nossos negócios, incluindo nossos níveis de produção de eletricidade,

bem como nos tipos, termos e condições dos contratos de compra e venda de energia que somos autorizados a celebrar. Nossas autorizações para desenvolver e operar parques eólicos e PCHs são concedidas de forma precária. Neste sentido, nossos atos autorizativos podem ser revogadas a qualquer momento pela autoridade competente, em defesa do interesse público e de forma discricionária, sem qualquer obrigação desta de nos indenizar por quaisquer bens usados na geração de energia elétrica, caso tais bens ainda não tenham sido completamente amortizados ou depreciados. Caso a autoridade competente decida, de maneira unilateral, revogar nossas licenças antecipadamente, poderemos não conseguir recuperar o investimento que realizamos, o que poderá ter um efeito adverso sobre nossa situação financeira.

Riscos Relacionados à Geração de Energia

Nossas receitas estão relacionadas à nossa capacidade de gerar e comercializar energia. Se o nosso futuro parque eólico não for capaz de gerar a energia contratada por nossos clientes, ou se não formos capazes de gerar a energia necessária para suprimento de eventuais clientes no ACL e, ainda, as compensações de energia no âmbito do MRE não forem suficientes para suprimento da demanda contratada, poderemos ser obrigados a adquirir a energia faltante no mercado de curto prazo (mercado spot), no qual o preço da energia costuma ser mais volátil, podendo ser maior do que o nosso custo de produção, o que poderá ter um efeito adverso sobre nossa situação financeira.